

O Plantio de Maconha e a Repressão ao Pequeno Agricultor No Submédio São Francisco, Brasil.

Paulo Cesar Pontes Fraga.

Cita:

Paulo Cesar Pontes Fraga (2007). *O Plantio de Maconha e a Repressão ao Pequeno Agricultor No Submédio São Francisco, Brasil*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/379>

Plantio de Maconha e a repressão ao pequeno agricultor no Submédio São Francisco, Brasil

Paulo Cesar Pontes Fraga

Resumo

Este trabalho objetiva analisar as relações produzidas pelo o incremento do cultivo de maconha no Submédio São Francisco, Nordeste do Brasil. Distinguida, também, como Polígono da Maconha, a região que compreende estes municípios é reconhecida como a maior produtora de Cannabis no Brasil. O trabalho compreende uma reflexão sobre dados obtidos em pesquisas realizadas nos municípios da região. Uma destas investigações, com abordagem qualitativa buscou verificar a relação de diversos atores sociais (jovens, agricultores, plantadores de maconha, militantes sindicais e moradores) com a questão do plantio e da repressão ao cultivo de maconha. Analisou o impacto sobre suas vidas e as mudanças engendradas por essas ações no cotidiano. A segunda pesquisa compreendeu a análise da magnitude da violência expressa nos homicídios registrados nos municípios estudados no período de 1992 a 2002 (Pesquisa Homicídio nos Municípios Baianos (1991-2003): Uma Análise Descritiva com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia-FAPESB). Levou-se em consideração o recorte etário, de gênero e as subclassificações de homicídios; analisou-se sua evolução no período observado e avaliaram-se quais são os municípios que apresentam as maiores taxas. Observou-se, na análise, que a mera repressão dos órgãos de contenção e repressão ao plantio, sem a adoção de políticas agrícolas e agrárias para a região, apenas criminaliza os agricultores mais pobres envolvidos com o plantio, agravando os problemas sociais e econômicos destes atores.

Introdução

No Brasil, nas últimas décadas, a questão do tráfico de drogas tem se tornado um grave problema de segurança pública. O aumento dos homicídios em várias cidades brasileiras está atrelado ao crescimento do denominado varejo das drogas, ou seja, da venda de substâncias psicoativas, consideradas ilegal para o consumo, como maconha e a cocaína e o seu controle por bandos, com o envolvimento de parcela de agentes dos organismos de contenção e repressão em grandes e médias cidades. No Rio de Janeiro, parte significativa de seu território vive sob a tensão das relações e rusgas de quadrilhas que vendem drogas e praticam outras criminalidades, de milícias formadas por policiais, ex-policiais, bombeiros e pela polícia.

Esta faceta bastante conhecida, entretanto, não é a única questão a se destacar no negócio das drogas. Uma faceta que tem se mostrado bastante preocupante da questão das drogas pelo envolvimento de jovens, assim como no varejo das cidades, é o plantio de *cannabis*

sativa na região conhecida como Polígono da Maconha, no Nordeste brasileiro. O aumento do plantio de maconha está vinculado a diversos fatores como a falta de investimento na agricultura local, principalmente com os cortes de investimento do governo federal com escândalos de financiamento, como no caso do Escândalo da Mandioca. O incremento da repressão nos anos de 1990 ao plantio, aumentou a repressão ao pequeno agricultor e não trouxe grandes alternativas à região. Uma tentativa foi um projeto de substituição do plantio que não avançou no Governo de Fernando Henrique e, mais recentemente, o assentamento de famílias em fazendas desapropriadas por causa do plantio. Esta comunicação pretende fazer uma descrição da questão do plantio de maconha na região, focando a questão da violência, das relações estabelecidas e dos atores inseridos neste processo produtivo.

Presença da maconha no Nordeste

O denominado Polígono da Maconha abrange uma vasta região, localizada no entroncamento de quatro estados da federação: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Recentemente, com a descoberta de plantações da erva na Chapada do Araripe, a Polícia Federal também tem considerado o Ceará como pertencente à região pela sua proximidade. Originalmente, contudo, cidades do Ceará não estavam contabilizadas na geometria do Polígono . Corresponde a uma ampla área de aproximadamente 40.000 m², metade dela situada em Pernambuco. O número de cidades varia, segundo o órgão que a contabiliza, mas a cifra situa-se entre 20 e 30 municípios. Cidades como Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco, Salgueiro e Floresta se destacam como locais com existência de significativas áreas de cultivo de maconha. Salgueiro se notabiliza tanto por sua importância como município onde há expressivas plantações, quanto por sua localização estratégica, atravessado por quatro importantes rodovias que o conecta a outros estados do Nordeste, condição fundamental para o escoamento da produção local.

A região é reconhecidamente a maior produtora da planta no país. Dados da Polícia Federal, sobre a atuação do órgão na erradicação de pés de maconha no ano de 2005, indicam que dos 1.544.680 pés destruídos em ações, 1.413.965 (91,53 %) estavam localizados na região Nordeste e a quase totalidade no chamado Polígono da Maconha.

Ainda, segundo números do órgão e de informações obtidas com pessoas envolvidas em elos diferenciados da rede de plantio e escoamento do produto, a produção local está voltada, praticamente, para o abastecimento dos Estados do Nordeste, notadamente, Pernambuco, Ceará e Bahia. A maconha produzida no Submédio São Francisco não se destina, pelo menos atualmente, às principais cidades consumidoras do país como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Alegam-se dois motivos para que isso não ocorra: a melhor qualidade da maconha produzida no Paraguai, que se dirige a estes mercados maiores, com um teor mais significativo de THC¹ e; a longínqua distância a ser percorrida pelo produto produzido no Polígono e que deve ser escoado em vias que apresentam péssimas condições de tráfego, aumentando o custo e o risco de apreensão da droga.

O Paraguai é considerado o principal abastecedor do mercado de *cannabis sativa* do Cone Sul (Gallardo, 2006). Com um consumo interno baixo, condições excelentes para a plantação da erva que propiciam a unidade da planta alcançar o tamanho de até 3 metros de altura, quando a média, geralmente, se situa em metro e meio, desencadeando uma elevada produção, que possibilitou a queda do preço e o aumento de sua diversidade. No país, pode-se encontrar a maconha mentolada, a denominada manga-rosa (com mel) e a tradicional. Fala-se que a diversidade da *cannabis* paraguaia se oriunda da prática de manipulação genética, mas não há comprovação de tal fato. Acredita-se ser de nacionalidade brasileira os principais produtores do país. Os cultivadores do país vizinho são os principais fornecedores para Argentina, Chile e Uruguai.

O Brasil possui uma produção considerável de maconha, mas insuficiente para abastecer a demanda nacional (Gallardo, op. citado). Neste sentido, consideráveis proporções da maconha consumida no sudeste e do sul do país, advêm do Paraguai. A maconha paraguaia entra no Brasil pelo Mato Grosso do Sul, pela cidade fronteiriça de Ponta Porá e Dourados, proveniente de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado. Proporção considerável de maconha ingressa no país vem pelo Rio Paraná, cuja boa navegação (e corrupção) facilita a entrada. Segundo estimativas da Polícia Federal brasileira, a maconha em Capitán Bado, no lado paraguaio da fronteira, o Kg tem preços variados entre R\$ 15,00 a R\$ 30,00. Na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, a mesma quantidade é encontrada entre de R\$ 150,00 a R\$ 200,00. Na capital do Estado, Campo Grande, R\$ 200,00 a R\$ 250,00. Na

¹ tetrahydrocannabinol (THC) é o princípio ativo da *cannabis sativa*.

principal cidade do país, São Paulo, dez gramas do produto é avaliado em R\$ 5,00 (Polícia Federal, 2005).

Em 1997, por ocasião do trabalho da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que resultou no Relatório "Violência no Polígono da Maconha", aventou-se a possibilidade da produção regional de maconha estar atrelada ou com ramificações com o grupo criminoso Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, devido a prisão em Salgueiro do traficante conhecido como "Ostinho do Fubá", que se passava por comerciante, tendo, inclusive, conquistando a simpatia das pessoas locais, tendo seu nome indicado para compor o Lyons Clube da cidade. Nada se pôde comprovar, entretanto, a respeito desta ligação. Ainda que o envolvimento de grupos criminosos do sudeste do país com a produção regional da erva fosse possível, este fato não indicaria a possibilidade da maconha da região se destinar aos grandes centros consumidores do país. A hipótese mais viável seria a diversificação do negócio destes grupos criminais para a região, mantendo a produção para o mercado para o qual sempre se destinou.

A CPI do Narcotráfico, implementada pela Câmara Federal, em 1999, identificou, como veremos mais a frente, que em municípios do Submédio São Francisco, como Floresta e Salgueiro, as rixas entre famílias, conflito históricos, e o envolvimento das mesmas com atividades ilícitas e de grilagem de terra migraram para o plantio de maconha, quando esta atividade econômica tornou-se possível, rentável e alternativa. O envolvimento de políticos dos executivos municipais, juízes, deputados, vereadores e policiais constitui-se elemento fundamental para que a atividade de plantio ganhasse contornos violentos.

Registra-se a presença de *cannabis* na região há bastante tempo. Apontamentos sinalizam para a plena adaptação de condições climáticas locais para o cultivo da planta e da existência de uso coletivo e/ou ritualístico da maconha. Burton (1869), em trabalho exploratório às margens do Rio São Francisco no século XIX, identificou como o clima e a vegetação eram propícios para o seu cultivo. O explorador inglês, entretanto, referia à possibilidade de plantações visando à produção de tecidos, a partir da utilização das fibras de cânhamo, produto bastante apreciado pelo mercado e largamente utilizado na época.

Mais recentemente, Pierson (1972), em trabalho desenvolvido para o governo brasileiro na década de 1950², descreve situações tanto de uso da *cannabis sativa* em determinadas localidades, como de plantio às margens do Rio em, pelo menos cinco localidades. Pierson, na verdade, refere a cidades do Baixo São Francisco.

O uso de maconha em Passagem Grande parece constituir sempre uma experiência social, contudo, desde que os habitantes aparentemente a fumam apenas em grupo. Um círculo, ou “roda”, é formado, passando o cachimbo de mão em mão. À medida em que o indivíduo passa-o à pessoa ao seu lado, ele ou ela, diz: “Ajoie, Marica!”³ cantando então uma canção, conhecida como “lôa”, em louvor da maconha. Em uma roda observada pelo nosso pesquisador⁴ oito pessoas participaram. Cada uma delas puxou três ou quatro vezes e passou a marica ao vizinho, dizendo “Ajoie, Marica!”, fazendo em seguida sua louvação. Diz-se na localidade, que o uso da maconha produz euforia, tagarelice, “vontade de dançar”, e, quase sempre, fome intensa. Concluída a roda observada pelo pesquisador, o equivalente a um samburá de camarão foi comido pelos oito membros do grupo. (Pierson, 1972:50-51)

Em pesquisas e visitas à região, quando indagou-se a moradores, trabalhos rurais não envolvidos com o plantio de maconha e outros atores locais se tinham informações sobre o uso tradicional da maconha, as respostas geralmente eram negativas. Fala-se que na região sempre houve plantio, mas a atividade era destinada à venda, no entanto, não se soube precisar exatamente este tempo, ou seja, há mais de 30 anos ou não. Uma importante liderança religiosa de Salgueiro em entrevista ao autor deste artigo disse que há cerca de vinte anos atrás era possível observar plantios em grandes áreas próximas às principais rodovias da região como em Cabrobó, Orocó e Salgueiro. Tinha informações, já nesta época, do plantio dirigir-se aos principais mercados consumidores do Nordeste e do país.

² O trabalho foi desenvolvido na segunda metade dos anos de 1950 para a Comissão do Vale do São Francisco (CDVS), mas somente foi editado em 1972 pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), órgão do regime militar que a substituiu.

³ Originalmente, em Pierson (1972) existe a seguinte nota de nº 50: “Isto é, “Ajoelhe-se”!, um fato que indicou ao nosso pesquisador que outrora poderia ter sido feita, ao receber-se o cachimbo, uma genuflexão “em homenagem à maconha.” (Pierso, 1972, 95)

⁴ Originalmente, em Pierson (1972) existe a seguinte nota de nº 51 “Em seguida a trabalho cuidadosamente planejado para obter permissão dos participantes.”

As constantes operações da Polícia Federal e da SENAD, entretanto, segundo sua avaliação, levaram os plantadores a tomarem maiores precauções e medidas visando à proteção da atividade. Passaram a cultivar em áreas de caatinga e nas ilhas fluviais do Rio São Francisco. O mesmo informante declarou, ainda, nunca ter ouvido falar de consumo tradicional/ritual de maconha na região e se algum dia houve, não existiria mais.

Nos deslocamentos pelas estradas da região, pôde-se observar por duas vezes a venda de aguardente com folha de *cannabis* curtindo em seu interior. Quando indagados se era uma forma de consumir a cachaça muito apreciada na região, a resposta foi que era comum o consumo da bebida naquela forma. Entretanto, nunca observou-se tanto em botequins ou em casas de pessoas consumidoras de aguardente aquele tipo de consumo, nem nunca ouviu-se falar de outros informantes desta forma de consumir a *cannabis*. Provavelmente, a bebida somente deva ser vendida nas estradas para eventuais consumidores ou o seu uso é bastante restrito ou reservado.

Pierson (1972) cita uma forma de consumo de maconha mergulhada em líquido, que seria comum na região e de seu consumo generalizado entre os setores populares.

Na área em torno de Passagem Grande é geral o uso da maconha entre as classes mais baixas da população. Não se conhece membro da elite que a use. Consta-se no local que a maconha foi, de início, trazida para o Brasil pelos escravos africanos, presumidamente de Angola, desde que é conhecido popularmente na localidade como “fumo de Angola”. Embora no Sul, a maconha seja usada sorrateiramente sob a forma de cigarros, em Passagem Grande é fumada com uma espécie de narguilê primitivo, composto de uma garrafa comum, de boca estreita, cheia de água e o canudo do cachimdo de maconha, conhecido como “Marica”, mergulhado no líquido. As sumidades floridas da maconha são colocadas no forninho de barro do cachimbo e acesas com um fósforo. O fumo é “lavado”,

dizem os moradores, pelo reservatório de água antes de chegar à boca do fumante. (Pierson, 1972: 95)

Pernambucano (1937) ao realizar estudos e pesquisas sobre a maconha em Recife, relata o seu uso bastante freqüente nos setores populares, em ocupações laborais como barcaceiros e jornaleiros e entre indivíduos situados nas franjas da marginalidade como malandros e meretrizes. Alguns trabalhadores faziam uso da diamba para aliviar os sofrimentos da profissão, do duro desempenho diário de suas atividades. Narra, ainda o autor, serem barcaceiros os principais importadores da erva para a capital pernambucana, pois revela, curiosamente, que na época Pernambuco possuía uma plantação diminuta. A maconha consumida na cidade vinha principalmente de Alagoas e Sergipe obtidas de “velhas que vivem de plantar-a (pág.191)”. Embora, não faça nenhuma menção direta em seu texto sobre de qual parte especificamente destes estados viriam o produto, é bastante provável que tivesse sido trazido das regiões do Baixo e/ou do Submédio São Francisco.

Objetiva-se ao trazer para o debate a questão da presença da maconha na região e da possível existência de um tipo de consumo tradicional da erva, considerar a possibilidade de uma experiência anterior do plantio, que aumentou ao compasso de uma demanda de mercado propiciada, entre outros fatores pela proibição do uso. Ou seja, havia plantios anteriores, mas que se incrementaram nas últimas décadas por uma procura maior pelo produto no mercado dos Estados a que se dirige. Ainda que não seja possível afirmar a ocorrência de uso tradicional disseminado da erva na região, os estudos anteriormente citados parecem evidenciar que na região havia uma relação de determinados grupos e atores com um consumo coletivo em localidades específicas.

Uma questão, contudo, que parece se evidenciar é a permanência de plantio há mais de um século. Pierson (op..citado) já relatava, em seus apontamentos, como às margens do rio São Francisco nos anos de 1950 já era possível observar plantações de *cannabis*, nos quatro Estados, cujos municípios compõem as regiões do Baixo e do Submédio São Francisco e acusava o comércio clandestino da região para outras cidades do sudeste do país e para Salvador. Outro elemento evidenciado pelo antropólogo americano diz respeito à baixa repressão policial ao plantio. Este dado, somada às informações que o autor deste artigo

pôde obter junto a atores locais, parecem evidenciar o fato de que a repressão dos órgãos policiais só se amplia no final dos anos de 1980 e 1990.

A maconha, embora seu plantio seja proibido por lei, é cultivado clandestinamente em Passagem Grande e, sabe-se, nas vizinhanças de quatro outras cidades às margens do rio, no mesmo Estado, bem como na outra margem, no vizinho Estado de Sergipe e em dois outros Estados. É tomado cuidado menos para evitar a polícia do que possíveis portadores do “mau olhado” (Ver Doença e Seus Tratamentos) que segundo se diz, “meramente andando entre as plantas podem fazê-las murchar, tão sensíveis são elas e tal influência”. Depois que as sumidades ou bolotas ficam floridas, são colhidas, secadas, e vendidas em pacotes de 100gramas. Um barbeiro local, recebe-os de um município vizinho, levando-os a uma cidade rio acima onde, segundo se diz, são vendidos nos navios que partem para o Sul a fim de serem revendidas, especialmente em Salvador, Rio e Santos. Como contrabando, as flores são misturadas com os galhos da planta. (Pierson, 1972: 457)

A Região e o Aumento das Áreas de Plantio em um Contexto de Desigualdades

Mello (2004) observa que o emprego de formas de violência como a utilização de jagunços, capangas e de cabras para a resolução de conflitos de terra, de rixa de famílias e de disputas políticas era disseminado no Nordeste ao longo de todo o período do ciclo do gado. Tal recurso era bastante comum a ponto de haver em ocasiões específicas deslocamento de tropas estaduais e federais para determinadas regiões como no caso ocorrido no Ceará em 1914, com a derrubada do governo ou na Bahia, em 1920, com a ameaça de deposição do poder público estadual. O próprio Governo Federal, entretanto, lançou mão do recurso, por intermédio de chefes políticos sertanejos, na repressão á Coluna Prestes. Jagunços foram utilizados para compor a linha de frente na conexão ao avanço do movimento liderado pelo líder comunista.

Os sertões nordestinos foram cenários de lutas intensas entre jagunços que compunham “exércitos” particulares, numa demonstração de arbítrio do poder privado dos chefes

municipais. Em cidades como Floresta e Belém do São Francisco, assim como em outras municipalidades de Pernambuco, estas brigas entre famílias e a ameaça aos movimentos sociais se estendem até hoje. Os jagunços, os cabras e os capangas, contudo, foram substituídos pelos pistoleiros de aluguel, esta figura urbana responsável por assassinatos de lideranças sindicais, religiosas e dos inimigos de determinados chefes locais. Mello (2004) relata o não registro deste personagem na década de 1930, mas ele pode ser uma derivação moderna dos tocaieiros, homens que ficavam dias a espera de sua vítima, espreitando nas curvas das estradas ou em meios de caminho. Com hábitos e características diferentes, contudo, o pistoleiro de aluguel não tocaia sua vítima, mas vai ao encontro dela. É solitário, não possui relação direta com o mandante, mas recebe instruções e presta conta de seus serviços, geralmente, a um intermediário. Barreira (1998) em estudos sobre os crimes de pistolagem no Ceará, observou que a atuação dos pistoleiros estava ligada praticamente a duas situações: ao voto, na manutenção do mando político e na questão da terra, na preservação e/ou conquistas de domínios territoriais. Na questão da terra, o alvo da ação dos pistoleiros representa as lideranças camponesas e religiosas que lutam junto aos trabalhadores e na disputa pelas representações políticas, os litigantes são grupos familiares.

Os dados sobre homicídios em cidades da região como Belém de São Francisco e Floresta apontam para a coincidência do aumento das taxas deste evento com o incremento da produção e da conseqüente repressão de forças policiais. Dos anos de 1997 a 2000, as taxas de homicídios de Floresta credenciaram-lhe a condição de município com a mais elevada taxa deste evento no país. Neste período, das 10 cidades mais violentas do país, considerando esse indicador, três estavam situadas na área do Polígono (Floresta, Belém do São Francisco).

A maior coerção ao plantio a partir dos anos de 1990 acarretou na presença mais freqüente de armamentos com poderio maior como fuzis e submetralhadoras. Quando havia uma repressão mais incisiva da polícia, parte dos armamentos se deslocava para outras atividades criminosas como assalto a ônibus e caminhões de cargas. Durante um bom período, trafegar pelas rodovias que cortavam os municípios da região era atividade de alto risco. Estes elementos atrelados ao fato de que as antigas rixas políticas e de poderio de famílias tradicionais da região migraram também para o negócio da maconha.

No Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada A Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico (2000), depoimentos apontaram a participação de membros de famílias envolvidas em rixas antigas na atividade do narcotráfico

*De acordo com as declarações do codinome “Sertão”, no município de Floresta, existem vários políticos envolvidos com narcotráfico, assassinatos e assaltos. São feitas denúncias, o Tribunal de Contas apura, comprova as irregularidades e não dá em nada. Que, toda denúncia que é feita, dá em nada, como tem cargas roubadas, plantio de maconha dentro da fazenda de **Afonso Augusto Ferraz**. Que, existem denúncias contra a própria polícia. Que, tem um ten. da polícia, **Fabício Ferraz**, filho do vereador **Babá Ferraz**, traficante, fornecedor de vários plantios de maconha. Já foi preso por porte ilegal de arma, por formação de quadrilha, mas continua impune. Que, há poucos dias, foi preso um caminhão carregado com maconha, com palmas. Que, os donos da carga seriam **Donizete Novaes, Reginaldo Novaes, Torres Novaes e Babá Ferraz**. Que, **Rinaldo Ferraz** é um dos que manipulam o sertão com o tráfico de drogas, cocaína, armamento pesado, assaltos a bancos e a carro-forte, juntamente com a equipe de **Gracinha Ferraz, Jorge Grampão** e um ex-policial chamado **Claudionor**. Que, tem um empresário chamado **Eraldo Menezes**, que também manipula o tráfico de assalto e cargas roubadas, junto com os companheiros como o **Sales, o Chico e o Armando de Petrolina**. Que, sonegam impostos, trazendo mercadorias sem nota fiscal. Que, levam maconha, cocaína e armas para Recife e entregam para **Rinaldo Ferraz, Estênio Ferraz, Mauro Ferraz**. Que, **Dozinete Novaes e Geraldo Novaes** transportam maconha para Recife e entregam para o **Rinaldo Ferraz**.*

Marques (2003) afirma que as brigas de família no sertão podem ou não estar ligada a fatores políticos, os alvos e alianças compostas nestas rixas, contudo, são ou produzem efeitos políticos. A autora descreve briga e política como episódios das relações sociais, nos contextos onde estão inseridas, como parte de um todo possível, coincidente e tampouco excludente, que são provisórias e substituíveis.

O envolvimento de membros de famílias em contendas e a maior implicação de outros atores e personagens como jovens, pequenos agricultores, aliado a fatores estruturais, possibilitaram que a violência atingisse um número maior de pessoas. Este fato pode ser explicado tanto pelas características de atividades ilícitas de necessitarem diminuir os riscos que ameaçam suas atividades, utilizando-se de meios violentos, mas também porque o aumento da rede e dos elos da cadeia do plantio de certa forma ganhou uma institucionalidade maior. Consequentemente, esta institucionalidade originou em torno de si novos comportamentos e práticas. Pode-se afirmar que o aumento das atividades está vinculado ao envolvimento de grupos locais com certa influência na região, mas que nos últimos anos a maior repressão não somente acarretou no envolvimento de outros atores até então fora das redes, proporcionando novas práticas sociais e uma maior socialização com a questão.

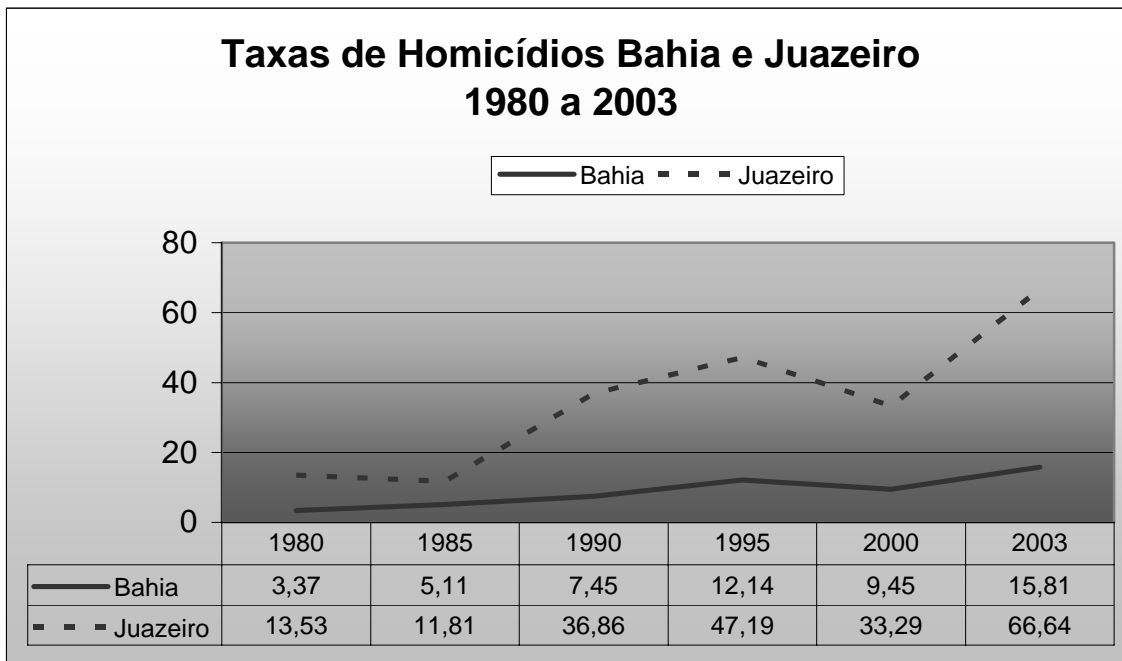
As estratégias também tiveram que ser revistas com a maior coação. Se antes era possível plantar em locais visíveis, hoje o plantio se dá em áreas mais abrigadas e de difícil acesso. Algumas inovações legais como a desapropriação para fins de reforma agrária, sem direito à indenização, de fazendas e terras onde fossem encontrados cultivos da erva, contribuíram também para a mudança de estratégias. Uma consequência ambiental é a presença cada vez maior de plantios na caatinga, em áreas de preservação. Acusamos, também, como consequência desta nova estratégia, casos de pessoas que plantam maconha nas terras de seu vizinho, próximo ao limite dos terrenos, pois se houver flagrante na plantação ele não perde suas terras. As estratégias vão se moldando à nova realidade de maior repressão.

Neste processo, portanto, o uso de meios violentos para resolver diferenças passou a atingir também atores fora do ciclo tradicional da rede. No ano de 1997, uma importante liderança sindical dos trabalhadores atingidos pelas barragens, ativista do Pólo Sindical do Submédio São Francisco foi morta. Seu crime foi encomendado e executado por um pistoleiro, porque Fulgêncio Manoel dos Santos fizera denúncias contra o assédio e as ameaças que trabalhadores rurais vinham recebendo de traficantes que queriam vê-los plantando maconha em suas terras, sobretudo, nas agrovilas. A ameaça a lideranças do movimento sindical rural não se restringiu a esse fato. Outras lideranças passaram a ser intimidadas ao se manifestarem contra a forma como os traficantes passaram a atuar na região.

Houve um aumento de homicídios praticados por pistoleiros. Na cidade de Floresta durante um período muito tenso, ao final dos anos de 1990, quando se seguiram vários assassinatos, a polícia proibiu os condutores de motocicletas de usarem capacetes, decisão que infringe o Código Nacional de Trânsito, pois muitos assassinos usavam os capacetes de suas motos para preservarem sua identidade ao praticarem crimes.

Há uma coincidência entre o aumento das taxas de homicídios em municípios de Pernambuco e Bahia que pertencem ao denominado Polígono da maconha e a maior presença e repressão ao plantio. Municípios baianos como Juazeiro tem uma taxa de homicídios alta, maior que a média do Nordeste, e da Bahia. São municípios que se caracterizam pela existência de plantios. Nas última operações da Polícia Federal, como a Operação Assa Branca e Mandacaru e a atual Operação Prometeu, em 2007, foram destruídos milhares de pés de maconha. Conforme podemos observar no gráfico um, a evolução das taxas mostra valores altos.

Gráfico I

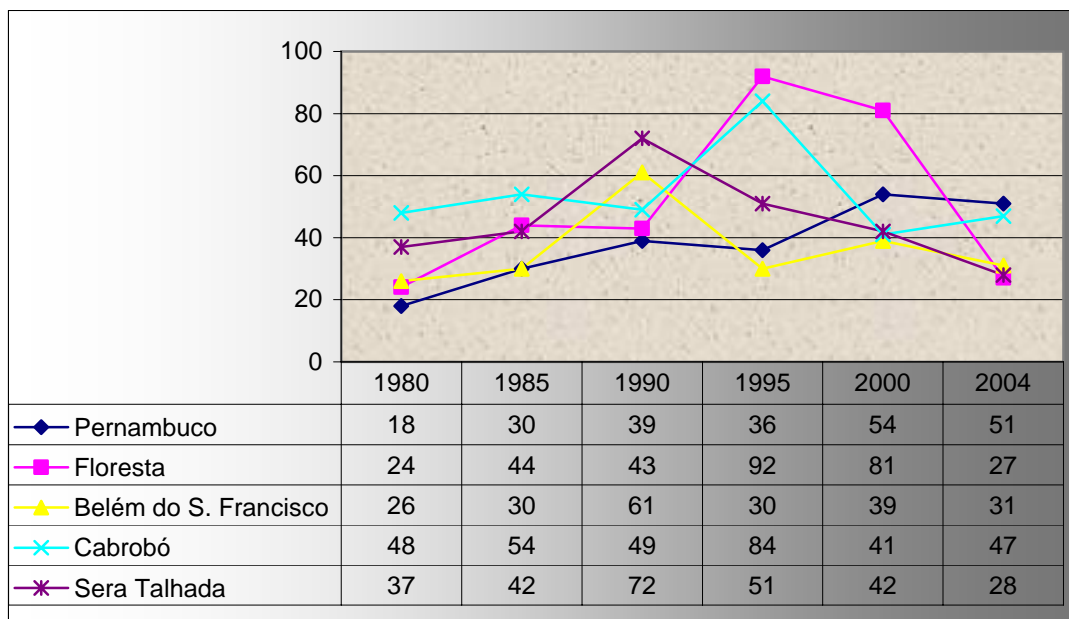


Fonte: Pesquisa Homicídio nos Municípios Baianos (1991-2003): Uma Análise Descritiva

Não podemos afirmar que o aumento da taxa de homicídios e sua prevalência alta estão diretamente vinculados à repressão e o aumento da repressão, mas há esta coincidência. Existem outras criminalidades que tem se incrementado em Juazeiro, mas esta possibilidade não pode estar descartada.. Os jovens se constituem as maiores vítimas dos homicídios. Já aos 14 anos, o homicídio é a principal causa de morte em Juazeiro.

Em Pernambuco, esta relação é ainda mais forte. Nos municípios de Serra Talhada, Floresta e Belém do São Francisco, os homicídios alcançaram taxas recordes nos anos de 1990.

Gráfico II - Taxas de Homicídios (por cem mil) em Municípios do Polígono da Maconha e de Pernambuco- 1980 A 2004



Fonte: Fonte: Pesquisa Homicídio nos Municípios Baianos (1991-2003): Uma Análise Descritiva (Análise para Pernambuco)

Nos municípios de Pernambuco, podemos observar uma taxa bem mais elevada, ao longo dos anos de 1990, principalmente, em Cabrobó e em Floresta, que entre 1997 e 1999, foi o município brasileiro com a mais alta taxa. Há em 2004, uma diminuição sensível das taxas decorrente de algumas ações de segurança pública focadas em algumas cidades. No

entanto, é possível que tenha havido em arranjo dos grupos em disputa e, com isso, uma diminuição das taxas.

Os jovens têm sido o grupo mais atingido por toda a violência proveniente da intensificação de tensões relativas ao plantio. São aqueles que mais morrem e não encontra perspectivas. As políticas públicas voltadas para esta população são ainda insuficientes. Geralmente, são os mais envolvidos como guardiões de plantações ou em atividades correlatas, próprias do universo desta atividade ilícita. Segundo informações de um jovem plantador, seu ingresso no cultivo se deu aos 13 anos, quando com a morte prematura de seu pai teve que assumir perante a família a responsabilidade do sustento da mesma. Como o plantio de produtos tradicionais como cebola, milho e feijão não lhe davam retornos financeiros suficientes resolver aderir ao plantio. No seu caso, o plantio era no sistema de meieiro. Ele recebia todos os insumos (sementes, adubos...) e, depois, a colheita era dividida entre os dois. Quem vendia a erva era o “patrão”, forma como se referia à pessoa com quem negociava. O recurso advindo da venda era dividido entre os dois. Não havia controle por parte do plantador do preço pelo qual era vendida a produção.

Alegou que passou a desempenhar atividades no plantio de maconha por falta de opção, mas, com o passar do tempo, como o recurso que conseguia era maior do que qualquer outra atividade que pudesse desempenhar ficou alguns anos no negócio até ser preso em uma operação da Polícia Federal. Declarou que sua entrada na atividade ocorreu, além da necessidade de sustentar sua família, por observar o ganho de pessoas que estavam plantando obtinham. Adquiriam bens não acessíveis a um trabalhador rural assalariado ou pequeno produtor como motos, carros e conseguiam melhorias consideráveis em condição de vida.

Reconhecia que a atividade era ilegal, mas ponderava que não estava prejudicando ninguém, pois não efetiva roubos, mas, apenas, trabalhava em um cultivo ilegal. Sua fala trás duas questões interessantes: o reconhecimento de que cultivar a maconha é um trabalho, embora considerado ilegal, uma atividade laboral que requer esforço. Como requer esforço e não está prejudicando individualmente ninguém, então, não se considerava um bandido, numa alusão à diferenciação de sua atividade daquelas praticadas por outros trabalhadores rurais era o fato de estar envolvido em um cultivo considerado proibido, mas

a natureza de seu trabalho não era distinta da praticada por lavradores de produtos agrícolas tradicionais.

Uma outra questão a se destacar é o impacto do próprio plantio sobre a economia local. Salgueiro, no início dos anos 2000, possuía quatro agências bancárias e muitas lojas de “marca”, situações difíceis de se observar em uma cidade sertaneja (Fraga, 2003).

Segundo alguns depoentes, este crescimento pode ser atrelado a presença do plantio na região. Sobre esta questão, uma importante liderança religiosa acrescenta:

Estou aqui há 14 anos e vivi o período mais vivo do plantio e eu me lembro dos primeiros anos que vinha visitar essas comunidades. Não se via motos, mas em dois ou três anos já se tinha em tudo o que era casa. Eram os jovens que conseguiam, pois o sonho era plantar, vender a maconha e comprar a sua moto, tinham transporte tranqüilo, eles sobreviviam. Então se percebia que era tão normal. Isso, que os jovens perguntavam se era pecado isso, era coisa comum. Eles iam à Igreja fazer a primeira comunhão e se confessar. Eu perguntava se não tinha outra saída, como plantar feijão, mas não tinha água. Com a maconha só precisa de um pouco d'água e para feijão como é que faz, quantos hectares tem que plantar sem água? Então era uma coisa tranqüila, não havia perseguição porque o comércio era bem protegido e as pessoas bem protegidas. Um cara veio aqui do Comando Vermelho do Rio de Janeiro que foi preso, alugou uma casa aqui e era o cabeça de tudo. É só ir na casa saber quem alugou, quem era o cara, para descobrir a máfia que tem por trás, porque a CPI (o padre refere-se à CPI do Narcotráfico realizada em 1999) tinha a finalidade de pegar peixes grandes. Queremos deputados, aí era Ibope, a CPI não pegou a máfia. Na minha previsão não melhora não, as coisas vão piorar. Eu acho que vai aumentar e tomara que não entre outro tipo de droga, porque infelizmente não tem política que resolva esse drama da nossa juventude. (KOINONIA)

O sistema de meieiro, entretanto, não é a única forma de relação entre agentes no plantio de maconha. Há casos de contratação por assalariamento ou de compra da produção de pequenos produtores que são contratados para plantar e vender toda a sua plantação para um determinado negociante. Na ocasião de uma visita à região, em 2006, foi possível

conhecer a história de Severino. Trata-se de um pequeno produtor de Orocó e plantava maconha há pelo menos três anos e sabia do risco de perder suas terras se fosse o cultivo da planta fosse descoberto por agentes policiais. Sua família estava envolvida com a plantação localizada no fundo de suas terras, emaranhada a outros plantios tradicionais. Era uma pequena lavoura, com um número bastante reduzido de covas, mas que oferecia um risco bem grande ao produtor rural, no entanto, a pequena plantação de maconha era a principal fonte de recursos daquela produção familiar.

Diferentemente de Severino, Antônio é um diarista envolvido no plantio de maconha. Na época da entrevista, tinha dezoito anos completos a poucos meses, mas confessou trabalhar desde os treze anos com o plantio. Sua condição de diarista o faz se envolver com outros plantios tradicionais como de frutas como o mamão, com feijão e cebola. Estudou até o primeiro ano do ensino médio, mas havia abandonado os estudos. Confessou que gostava bastante das atividades estudantis e se considerava um bom aluno. Deixou de estudar porque não conseguiu conciliar o trabalho com a atividade discente. Alegava muito cansaço, pois chegava em casa tarde e já cedo estava na lavoura para o trabalho. Disse que iniciou no plantio, pois tinha vários colegas que já estavam na atividade e, também, conhecia várias pessoas que ganhavam mais na diária do cultivo de maconha que resolveu entrar, pois recebia mais do que a diária de outros produtos. Informou que em sua cidade Orocó, muitas pessoas estavam envolvidas com o plantio e que chegava a ganhar em uma colheita entre dois mil e três mil reais, o que corresponde a um período de três a cinco meses. Durante o período do cultivo, geralmente, nunca se abandona o local de plantio, evitando que haja roubo por parte de algum outro grupo. Por isso, montam-se acampamentos, onde pessoas se revezam na vigilância. O cuidado com o plantio visa mais que algum outro grupo possa vir roubar o plantio do que a resistência às operações policiais. Comumente, quando a polícia descobre e reprime um plantio nunca há troca de tiros, mas procura-se fugir abandonando o cultivo.

Os três casos evidenciam a diversificação na forma de plantação e de contratação de pessoas no plantio e colheita da maconha. A distinção das formas de envolvimento acarretou na inclusão de mais agentes no contexto desse cultivo ilícito. A repressão policial não diminui o número de atores envolvido, ao contrário, mas implicou em novas estratégias.

Tecendo Considerações

Como evidenciamos no início deste artigo, há ainda um hiato nos estudos no Brasil sobre a produção de plantas consideradas ilícitas como a maconha. Na Bolívia e no Peru, as plantações de coca têm fins lícito e ilícitos, devido aos usos seculares, terapêuticos e culturais da denominada *mama coca*. Parte da coca vai para a produção de cocaína, mas o uso tradicional é forte e representa parte significativa da economia de milhares de agricultores.

No Brasil, não há um uso tradicional da maconha, como nos moldes da folha de coca desses países andinos. Todavia, parte significativa dos envolvidos no plantio da maconha é de camponeses que em uma política agrária que os beneficiou voltaram-se para o cultivo da maconha como alternativa de renda. As cadeias de Salgueiro e de Recife têm entre seus hóspedes, número significativo de trabalhadores rurais, cujo crime foi plantar *cannabis*. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou-se uma experiência de substituição de plantios que não seguiu adiante, talvez pela própria ineficiência dessas alternativas em um contexto social tão complexo.

É fundamental compreender a dinâmica das relações que se produziram entre os atores sociais nesta região, a partir do incremento do plantio de maconha. Parte da violência não está atrelada ao plantio. Existem lugares onde plantios ilícitos não estão, necessariamente, atrelados à violência. No entanto, o sistema de produção, beneficiamento e venda de substâncias psicoativas consideradas ilícitas, devido ao seu ilegalismo, pode se apropriar de relações sociais com forte presença de conflitos e intensificá-las. Uma outra característica do narcotráfico é o número significativo de agentes que ele envolve no seu sistema produtivo. Na região aqui descrita, tanto a repressão quanto o incremento da produção envolveu nos elos da cadeia um número de agentes de diferenciados estratos sociais.

Compreender toda esta dinâmica é fundamental no sentido de criar políticas públicas que não penalizem ainda mais o elo mais fraco de toda a cadeia produtiva: o trabalhador rural. A política de redução de danos talvez necessite não só atingir o usuário, mas também alcançar o trabalhador rural.

BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, César. Crimes por Encomenda. Violência e pistoloagem no cenário brasileiro. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1998.

BURTON, Richard F. Exploration of the Highlands of the Brazil. 2 volumes. Tinsley Brothers, London, 1869.

CARLINI, EA et al. Comentário sobre o editorial "Uso de maconha na adolescência e risco de esquizofrenia". *Rev. Bras. Psiquiatr.*, Jun 2004, vol.26, no.2, p.136-137

CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo and Nappo, Solange Aparecida The pharmacovigilance of psychoactive medications in Brazil. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, Oct 2003, vol.25, no.4, p.200-205

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório Violência no Polígono da Maconha. Brasília, maio de 2007.

FRAGA. Paulo César Pontes. Da Favela ao Sertão in: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Jovens em Tempo Real*. DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

FRAGA. Paulo César Pontes. Juventude, Narcotráfico e Violência no Brasil in RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio S. *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Os jovens e o Submédio São Francisco: realidades e desafios*. RJ: KOINONIA e PSTRSMSF, 1998.

IULIANELLI, Jorge Atílio S. O Gosto Bom do Bode: Juventude, Sindicalismo, Reassentamento e Narcotráfico no Submédio in RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio S. *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

IULIANELLI, Jorge Atílio S., FRAGA, Paulo César P., CHAGAS, Maria Quitéria e LISA, Maria Priscila. Relatório Final da Pesquisa Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco, 2005.

GALDURÓZ, José Carlos F. et al. Uso de drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Out 2005, vol.13, no.Especial.

GALLARDO, Jorge. Consumo, prohibición y narcotráfico in CASTILLA, Alice. *Cultura Cannabis*. Bueno Aires, ED. CASTILLA, 2006.

MACHADO, Lia Osorio . Drug Trafficking and Money Laundering in the Amazon Region. Geoeconomic and Geopolitical Effects. In: Ch.Geffray; G.Fabre; Michel Schiray. (Org.). *Globalisation, Drugs and Criminalisation*. 1 ed. Paris: Unesco, 2002, v. 1, p. 208-239

MACHADO, Lia Osorio . Movimento de Dinheiro e Tráfico de Drogas na Amazônia. In: M. Ribeiro de Melo; S. D. Seibel. (Org.). DROGAS. HEGEMONIA DO CINISMO. SÃO PAULO - SP: MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, 1997, v. 1, p. 217-252.

MACHADO, Lia Osorio . Trafficking, Smuggling And The Financial System. In: GTA Amazônico / NOVIB / PP-G7. (Org.). COHERENT PUBLIC POLICIES FOR A SUSTAINABLE AMAZON. São Paulo - SP: PROGRAMA G-7 PARA A AMAZÔNIA LEGAL, 1996, v. 1, p. 51-60

MACHADO, Lia Osorio . O Comércio Ilícito de Drogas e A Geografia da Integração Financeira: Uma Simbiose?. In: Iná Castro et alli. (Org.). BRASIL. QUESTÕES ATUAIS DA REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO. 1 ed. RIO DE JANEIRO: EDITORA BERTRAND BRASIL, 1996, v. 1, p. 15-64

MACRAE, Edward. The ritual use of ayahuasca by three Brazilian religions In; Drug Use and Cultural Contexts "Beyond the West Coomber,R. & South, N. , London, Free Association Books, 2004 pp. 27-45.

MACRAE, Edward. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos in: Dependência de drogas , Seibel, S. D. e Toscano Jr., A., São Paulo, Editora Atheneu, 2001pp., 25-34.

MASTROIANNI, Patricia de Carvalho, GALDURÓZ, José Carlos Fernandes and CARLINI, Elisaldo Araujo Psychoactive drug advertising: a comparison of technical information from three countries: Brazil, United States and United Kingdom. *Sao Paulo Med. J.*, Nov 2005, vol.123, no.5, p.209-214.

MARQUES, Ana Claudia. Política e Questão de Família. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2002, V. 45 n° 2.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Filhos do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil. São Paulo. A Girafa Ed., 2004

MINGARDI, Guaracy . O Estado e o crime organizado. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 1998. v. 01. 239 p.

MINGARDI, Guaracy . As deficiências do Estado no combate ao crime organizado. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 1998.

MISSE, M. *Os Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado; IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, M. O Movimento: redes de mercado de drogas. Tempo e Presença, nº 323. Pág. 7-12: Mai/Jun. 2002.

NOTO, Ana Regina et al. Analysis of prescription and dispensation of psychotropic medications in two cities in the State of São Paulo, Brazil. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, June 2002, vol.24, no.2, p.68-73.

PERNAMBUCANO, Jarbas. A Maconha em Pernambuco in: FREIRE, Gilberto (Org.). *Novos Estudos Afro-brasileiros*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1937.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O AVANÇO E A IMPUNIDADE DO NARCOTRÁFICO. Brasília. Câmara do Deputados, 2000.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. Sociologia do Narcotráfico na América Latina e a Questão Camponesa in RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio S. *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa. Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. in: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) vol. I*. São Paulo, Ed. Sumaré, 1999.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, EDUFRRJ/Revan, 1994.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta. As Organizações Populares e o sentido da Pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.